

COMISSÃO ESPECIAL DO PACTO FEDERATIVO

Presidente: Deputado Danilo Forte

Relator: Deputado André Moura

1º RELATÓRIO DA COMISSÃO ESPECIAL (JUNHO / 2015)

MEDIDAS DISCIPLINADAS POR MEIO DE PEC

IPI-Exportação

- **Aumenta de 10% para 12%** a parcela do **IPI** entregue aos Estados e ao DF proporcionalmente às suas **exportações** (art. 159, II); e
- **Reduz de 20% para 10%** o limite da parcela dos Estados (art. 159, § 2º).
- Essas medidas também atingem os Municípios, pois eles recebem 25% dos recursos dos respectivos Estados (art. 159, § 3º).

Apresentação de PEC que altera a redação do inciso II e do § 2º do art. 159 da Constituição Federal.

Aumenta em 1 ponto percentual os recursos do FPE:

- ✓ 0,5% em 2016
- ✓ 0,5% em 2017

Apresentação de PEC que altera a redação da alínea “a” do inciso I do art. 159 da Constituição Federal.

ICMS

Altera os critérios de rateio da cota-parte municipal do ICMS, reduzindo o peso do valor adicionado, de 75% para 60%, e introduzindo a variável “população”, com o peso de 20%, na formação do índice de participação.

Apresentação de PEC que altera a redação do parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal.

Recursos para irrigação

Amplia em 15 anos (até 2028) o prazo em que a União deverá destinar às Regiões Nordeste (50%) e Centro-Oeste (20%) percentuais mínimos dos recursos destinados à irrigação.

Apresentação de PEC que dá nova redação ao art. 42 do ADCT.

Fundeb

- **Transforma o Fundeb num instrumento permanente de financiamento da educação básica (da creche ao ensino médio);**
- **Aumenta a participação da União de 10% para 20% sobre os recursos aportados no Fundeb pelos Estados e Municípios;**
- **Revoga o art. 60 do ADCT**

Apresentação de PEC que insere parágrafo único no art. 193; adita inciso IX no art. 206; acrescenta o art. 212-A na CF; e revoga o art. 60 do ADCT.

MEDIDAS DISCIPLINADAS POR MEIO DE PL

PIS/PASEP

Zera as alíquotas de PIS/PASEP incidentes sobre as receitas dos Estados, do DF e dos Municípios

➤ **Economia estimada em 5 bilhões para os Entes Subnacionais**

Apresentação de PL que altera o inciso III do art. 8º da Lei nº 9.715/98.

Piso salarial do magistério

A União complementará os gastos de pessoal do magistério que ultrapassarem 60% dos recursos do Fundeb.

Apresentação de PL que altera o art. 4º da lei 11.738/08

Depósitos judiciais e administrativos

Libera a utilização de parcela dos depósitos judiciais e administrativos para pagamento de precatórios; parcelas de dívidas; e investimentos em infraestrutura.

Apresentação de PL para regulamentar a utilização dos recursos dos depósitos judiciais e administrativos, nos Estados, do DF e dos Municípios.

Vale destacar que acaba de ser apresentada emenda do Senado Federal ao PL da Câmara nº 27, de 2015 (nº no Senado), contemplando exatamente essa matéria.

Ressarcimento ao SUS

Estende a Estados, DF e Municípios o ressarcimento pelas **operadoras de planos de saúde**.

Apresentação de PL para regulamentar o ressarcimento aos Estados, DF e Municípios pelos planos e seguros privados de saúde.

Lei nº 12.305/10

Amplia o prazo para que seja dado um fim aos lixões.

- **9 anos** - Municípios com mais de cem mil habitantes
- **10 anos** - Municípios com menos de cem mil habitantes

Apresentação de PL que dá nova redação ao art. 54 da Lei nº 12.305/10.

Alimentação escolar

- Estabelece **novos valores para os repasses do FNDE** aos Estados e Municípios para complementação do custeio da alimentação escolar;
- Estabelece **critérios para atualização dos valores** para a complementação do custeio da alimentação escolar.

Apresentação de PL que altera a Lei nº 11.947/09

Piso salarial dos agentes de Saúde

Estabelece critérios de **atualização do valor do piso salarial nacional** dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias.

Apresentação de PL que altera a altera a Lei nº 11.350/06.

Futuras discussões (1)

- Funcionamento dos consórcios públicos
- ISS – leasing, cartões de crédito e construção civil (PLP nº 366/13)
- Vedação à transferência de encargos aos Estados, DF e Municípios sem a indicação da fonte de recursos (PEC nº 172/12)
- Estabilidade dos repasses do FPM ao longo do ano
- Nova PEC dos Precatórios, considerando-se as últimas decisões do STF

Futuras discussões (2)

- Criação do Conselho de Gestão Fiscal (PLS nº 424/13)
- Comitê de Articulação Federativa (PLC nº 135/11)
- Regime especial de incentivos para o Transporte Coletivo e Urbano (PL nº 1.927/03)
- Transações com créditos da Dívida Ativa
- Critérios dos repasses da União para programas do governo federal